

## RESGATE ETNOBÔTANICO DE QUILOMBOLAS DO ESPÍRITO SANTO

ETHNOBOTANICAL RESCUE OF QUILOMBOLAS IN ESPÍRITO SANTO

### **Raissa Costa Marvila**

Farmacêutica formada pela Centro Universitário São Camilo. Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas, Universidade Vila Velha - UVV, [raissamarvila20@gmail.com](mailto:raissamarvila20@gmail.com)

### **Denise Coutinho Endringer**

Farmacêutica pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Titular do Programa de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade Vila Velha, [denise.endringer@uvv.br](mailto:denise.endringer@uvv.br)

### **Elisângela Flávia Pimentel**

Bióloga pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciências de Alimentos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em Doktors der Naturwissenschaften. Professora do Programa de pós-graduação em ciências Farmacêuticas, Universidade Vila Velha, [elisangela.pimentel@uvv.br](mailto:elisangela.pimentel@uvv.br)

### **RESUMO**

Desde o início dos tempos, as pessoas buscavam formas de aliviar ou curar doenças a partir de plantas medicinais, que se tornaram conhecimentos milenares transmitidos de geração em geração, que contribuíram para o nascimento da etnobotânica e da pesquisa intuitiva, entre outras ciências, a vegetação de uma determinada região, a sabedoria

medicinal e o uso das ervas medicinais como objeto da cultura popular. Resgatar a etnobotânica das comunidades quilombolas enfatizando-se as de ordem capixaba, de forma a se recuperar procedimentos tradicionais através de levantamentos que demonstrem a aplicabilidade curativa de plantas medicinais, elucidando suas propriedades. Pesquisa bibliográfica dada por uma revisão de literatura com abordagem qualitativa e cunho descritivo. Foram encontradas inúmeros estudos sobre uso de plantas medicinais evidenciando a sabedoria popular e a cultura de seus usos dentre as gerações, também passíveis à etnobotânica quilombola, onde escolheram-se 7 estudos específicos, dos quais 2 foram realizados junto à comunidades quilombolas capixabas. A revisão de literatura, denotou juntamente com estudos de renomado botânico europeu, que o estado do ES é rico em diversidade de plantas medicinais que integram a história cultural afrobrasileira e que são usadas no cotidiano de boa parte da população, como também na elaboração de medicamentos e fármacos manipulados e industrializados, o que é exponencialmente importante às ciências farmacêuticas, às premissas da sustentabilidade, à biodiversidade das plantas medicinais capixabas, concebendo deste modo, excelentes ganhos acadêmicos e socioeconômicos.

**Palavras-Chave:** Etnobotânica, Fitoterapia, Plantas Medicinais, Quilombos.

## **ABSTRACT**

Since the beginning of time, people have sought ways to alleviate or cure diseases from medicinal plants, which have become ancient knowledge transmitted from generation to generation, which contributed to the birth of ethnobotany and intuitive research, among other sciences, the vegetation of a certain region, medicinal wisdom and the use of medicinal herbs as an object of popular culture. To rescue the ethnobotany of quilombola communities, emphasizing those of the Espírito Santo order, to recover traditional procedures through surveys that demonstrate the curative applicability of medicinal plants, elucidating their properties. Bibliographical research given by a literature review with a qualitative and descriptive approach. Countless studies on the use of medicinal plants were found, evidencing the popular wisdom and the culture of their uses among generations, also subject to quilombola ethnobotany, where 7 specific studies were chosen, of which 2 were carried out with quilombola communities capixabas. The literature review, together with studies by a renowned European botanist, showed that the state of ES is rich in the diversity of medicinal plants that are part of the Afro-Brazilian cultural history and that are used in the daily lives of a large part of the population, as well as in the preparation of manipulated and industrialized medicines and drugs, which is exponentially important to pharmaceutical sciences, to the premises of sustainability, to the biodiversity of capixaba medicinal plants, thus conceiving excellent academic and socioeconomic gains.

**Keywords:** Ethnobotany, Medicinal Plants, Phytotherapy, Quilombos.

## 1 INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais com propriedades terapêutico é muito usado, principalmente por meio de infusões, chás e compressas, é uma prática milenar que acompanha a evolução do homem (Rodrigues e Amaral, 2012) e que se constitui por inúmeras vezes, como o único recurso terapêutico para boa parte da população, tendo como principal problema a desigualdade social e os elevados custos de medicamentos (Argenta *et al*, 2011). De acordo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 85% da população dos países em desenvolvimento fazem uso desta cultura nos seus cuidados básicos de saúde.

O Brasil com sua riqueza natural, é um dos países que mais reúnem diversidade botânica (Mügge *et al.*,2016; Braga e Silva, 2021; Rocha *et al.*,2021), contendo segundo pesquisa do *The Brazil Flora Group* (2015, p.1087), um total de “32.086 espécies ativas de Angiospermas e 23 espécies nativas de Gimnospermas” espalhadas pela Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pampas e Pantanal, sendo, portanto, um dos mais importantes ecossistemas do Planeta Terra.

Considerando-se que o uso de plantas medicinais requer conhecimentos específicos direcionados às propriedades físico-químicas, dosagem e modo de preparos, para que obtenha efeitos esperados e não ocasione intoxicações, outras patologias ou até mesmo problemas mais graves (Argenta *et al*, 2011), no aspecto étnico, abordar-se a etnobotânica firmada nos conhecimentos quilombolas, melhor dizendo, de origem africana, é de exponencial relevância às ciências farmacêuticas, o que justifica a escolha pela temática.

A cultura dos escravos que formaram ao logo dos tempos comunidades negras ruralistas, vivendo quase que em sua maioria, da agricultura, pesca e das artes onde seus conhecimentos a respeito da fitoterapia popular são muito significativos, porém pouco propagados (Sales *et al.*, 2015), o que permite notar-se, haver uma lacuna no que tange a literaturas científico-acadêmicas que tratem da etnobotânica quilombola principalmente no estado do ES.

Assim, esta condição, fez eleger-se como elemento diretriz, a seguinte questão de pesquisa: Quais os conhecimentos etnobotânicos de quilombolas, principalmente os capixabas, que são integrados ao conhecimento das ciências farmacêuticas para uso em fitoterápicos, homeopáticos, alopáticos ou sintéticos?

Diante deste questionamento, compreende-se que a relevância da temática consiste em ofertar dados históricos e promover subsídios às pesquisas farmacêuticas que

envolvem a Fitoterapia e a Etnobotânica, e que se aderem aos preceitos do desenvolvimento limpo postulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no que tange à produção sustentável também no âmbito da saúde (Nações Unidas Brasil (2021), ofertando dados novos sobre a biodiversidade das plantas medicinais, principalmente as encontradas no estado do Espírito Santo (ES).

Hipoteticamente, como respostas à questão de pesquisa, citam-se as literaturas de Albertasse, Thomaz e Andrade (2010) e de Josefa (2017) que ambigualmente conduziram pesquisas etnobotânicas no ES, identificando mais de 250 espécies de plantas usadas como terapia medicamentosa pelas comunidades entrevistadas em ambos os estudos. Também, tais pesquisas apresentaram um volume de aplicabilidades destas espécies, de forma individualizada ou em combinações, cujos cultivos comumente se dão em quintais, terrenos baldios, ruas não asfaltadas ou na horta comunitária. Os referidos estudos, demonstram a expressividade da cultura etnobotânica quilombola e sua relevância científico-acadêmica uma vez que se integram aos conhecimentos já existentes, evidenciando ainda mais a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída pelo Ministério da Saúde através da Portaria n. 992/09 (Brasil, 2009).

Sendo assim, o estudo teve por objetivo principal, resgatar o conhecimento do uso de plantas medicinais de comunidades quilombola, tendo por foco principal as localizadas no estado do ES.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para se adentrar ao proposto pelo estudo, importante que se compreendam alguns termos científicos que embasam o estudo da botânica, como é o caso da palavra fitoterapia, cuja empregabilidade no contexto científico-acadêmico, diz respeito ao estudo das plantas medicinais e suas aplicações no alívio de dores e males-estares, bem como da cura das mais diversas enfermidades e doenças (Rodrigues e De Simoni, 2010). Logo, a fitoterapia se tornou uma peculiaridade popular, que de acordo também com Araújo (2014), Argenta *et al* (2011), Bruning *et al* (2012), Mügge *et al* (2016), Ricardo (2011), Rocha *et al* (2021), Souza *et al* (2013), Sales *et al* (2015), Vieira *et al* (2015) e também Zeni *et at* (2017), se associa à uma prática tão antiga quanto a própria história da civilização, com achados que remontam à mais de 60.000 anos a.C. É, portanto, parte da cultura e história da humanidade, reunindo saberes de diversos grupos sociais, conhecimentos estes que foi repassado ao logo dos anos as gerações futuras, e que se tornaram necessárias para a construção de conhecimentos científicos e tradicionais (Rodrigues e Amaral, 2012; Rocha *et al.*, 2021).

No que tange à etnobotânica, Rodrigues e De Simoni (2010) e também Rodrigues e Amaral (2012), explicam que a palavra faz referência ao estudo de um povo a partir de sua cultura no uso de plantas medicinais. Isto quer dizer, evidencia uma riqueza cultural de um determinado povo, caracterizando-se como papel importante no conhecimento do cultivo, propriedades terapêuticas, utilização e modo de preparo destes elementos vivos da natureza (Rocha *et al*, 2014). Diante isto, Ricardo (2011) aponta que a etnobotânica realiza um levantamento de informações populares, estuda e faz análise da utilização de plantas pelo homem, transferindo informações concretas do uso medicinal e futuras pesquisas científicas.

Contudo Sales (2015), aborda que o resgate da etnobotânica é de suma importância, visto que ao longo dos anos os inúmeros conhecimentos vêm sofrer grandes perdas, os extermínios de alguns povos, que por vezes não deixaram registro na literatura de suas tradições, tendo também por consequência os novos hábitos da sociedade moderna, que não manifesta interesse pelas tradições, tornando o uso de plantas medicinais cada vez mais escasso sobretudo em regiões urbanas.

Corroborando com o exposto Passos (2019) apresenta que o levantamento etnobotânico é um estudo amplo englobando inúmeros aspectos, sendo eles, conservação, aspectos culturais e plantas curativas, assegurando identificação das espécies, conservação e valorização das plantas com efeitos benéficos. Rocha *et al* (2021) Observou-se que a atividade farmacológica das plantas ocorre pela presença de princípios ativos com capacidade suficiente para realizar uma série de ações biológicas benéficas aos processos saúde-doença. Assim, a seleção de espécies para fins farmacológicos é diretamente relevante para o conhecimento popular, dada a sua representatividade como potencializadoras da bioprospecção vegetal.

Com base no mesmo ponto, Argenta *et al* (2011) destacam que, apesar do crescimento exponencial da biodiversidade no país, as pesquisas sobre a produção de fitoterápicos ainda são incipientes e requerem maior diálogo entre representantes do saber popular e da ciência. Souza e cols. (2013) afirmaram que à medida que a tecnologia se desenvolve, a sabedoria dominante no contexto do uso de plantas medicinais vai desaparecendo, o que pode afetar os objetivos da etnobotânica, apelando ao incentivo e implementação de espaços urbanos ou farmácias vivas destinadas a hortas medicinais, cumprir com a formulação de regulamentos n. 971/06 Aprovou a Política Nacional de Prática Integrativa e Complementar (PNPIC) do SUS (Brasil, 2006), com enfoque na fitoterapia.

Compreende-se por quilombo, palavra tem origem do povo bantu, a denominação dada às formações de comunidades africanas, quase que em sua maioria constituída por sujeitos que fugiam da escravidão (quilombolas), que foi massivamente estruturada no Brasil no período colonial dentre os séculos XVI e XIX, oriundas das péssimas condições dos negros vindos da África, as violências e trabalhos excessivos a estes povos imputados, conduziram a uma série de atos voltados à luta e resistência contra a escravidão (Brasil, 2013). Se trata de comunidades com organização similar às das aldeias africanas, tendo nas atividades agrícolas, de pesca e de criação de animais suas principais formas de subsistência, com liberdade para se viver de acordo com os hábitos culturais africanos de cada etnia, onde se incluía a prática de cultos religiosos, uso de plantas medicinais, dentre outros aspectos, sempre som o comando de um líder (O'Dwyer, 2007; Salomão e Castro, 2018).

Destaca Haerter (2011) o primeiro quilombo conhecido, constituído pelo Ganga Zumba, localizado na Serra da Barriga, conhecido como Quilombo dos Palmares. Suas origens remontam a 1580 e abrigou fugitivos de capitães pernambucanos e baianos. Representa o êxodo mais importante da história brasileira, com aproximadamente 20.000 deles sob a liderança do famoso guerreiro africano Black Zumbi (neto de Ganga Zumba). Segundo Vaz (2014, p. 1), os termos "*quilombo, quilombo e remanescentes de quilombolas*" fazem parte de um movimento de apropriação política de natureza jurídica que vem reconhecendo ao longo dos anos que "existem grupos que têm vida.

Neste sentido, Knoblauch (2021), observa que a evolução dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil deu início oficialmente em 1888 quando da assinatura da Lei Áurea abolindo a escravidão, porém não assegurando direitos aos povos negros, dentre os quais, os dispostos anteriormente em 1850 pela Lei das Terras determinando que africanos e seus descendentes, não eram considerados brasileiros e, portanto, não podiam possuir terras no país. No entanto, com a instituição da Constituição Federal (CF) de 1934, os negros passaram a ser reconhecidos como cidadãos brasileiros tendo inclusive, direito ao voto, todavia, a Carta Magna não fez alusão à questão da demarcação de terras, as quais foram somente reconhecidas como propriedades para as comunidades quilombolas pela CF de 1988, sendo estas direito aos seus remanescentes e em isso, à sua manutenção cultural. O Decreto n. 4.887 de 2003 regulamentou os direitos que já haviam sido garantidos pela CF de 88, o qual foi devidamente julgado como lei constitucional segundo o Julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) somente em 2018.

Como a maioria das organizações sociais, de acordo com os dizeres de O'Dwyer (2007), Haerter (2011), Josefa (2017) e Salomão e Castro (2018), os quilombos sobreviveram às realidades do século 21 e se tornaram muito comuns em alguns outros países latino-americanos que, como o Brasil, reconhecem o direito dos povos africanos de possuir terras e difundir a cultura africana. Dados do governo brasileiro indicam a existência de 3.495 comunidades de quilombolas espalhados por todas as regiões do país, por meio da identidade étnica é um fator que distingue os quilombolas dos demais membros da sociedade, pois leva em consideração as identidades baseadas em critérios linguísticos, religiosos e elementos culturais das formas organizacionais, relações externas, ações políticas e sociais (Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, 2023). Além disso, há os direitos patrimoniais, existenciais e tradicionais, que estão plenamente garantidos na CF de 1988 (Brasil, 1988).

No estado do Espírito Santo (ES), Esteves (2015) observou que, tendo em vista que o último navio negreiro que transportava africanos atracou no porto de São Mateus, ao norte. Embora esses homens tenham alcançado a terra, a batalha pela sobrevivência sempre foi difícil, mesmo como homens livres através da assinatura da Lei de Áurea. No entanto, as comunidades quilombolas contemporâneas experimentaram avanços na tecnologia do século 21, como o faturamento para a venda de seus produtos agrícolas.

O estado do ES possui três quilombos com terras reconhecidas, dois no sul do estado do Espírito Santo, denominados Retiro, no município de Santa Leopoldina, e São Pedro, no município de Ibirajú. A outra, denominada São Cistovão, está localizada no Sapê do Norte entre São Mateus e Conceição da Barra (Fiocruz, 2015).

Segundo a Fiocruz (2015), a cronologia da estruturação, desenvolvimento e manutenção dos quilombos nas terras do estado do Espírito Santo é a seguinte: Começou no século XVI com relatos de violência cometida por fazendeiros e chefes da floresta, como o Quilombo de Sant'Anna em 1881 onde 30 negros foram perseguidos. Durante o século 20, os quilombos passaram a ser reconhecidos como áreas coletivas para tais comunidades, porém, em 1960, surgiram conflitos no quilombo Sapê do Norte devido à influência da extensa monocultura de eucalipto de uma conhecida empresa papeleira, que incluía 100 comunidades com aproximadamente 12.000 famílias. Em 1975, as áreas quilombolas no norte do estado, caracterizada pela Mata Atlântica, deu lugar às florestas de eucalipto, afetando a sobrevivência dos escravos fugitivos. Na década de 1980, o governo instituiu o programa Pró-Álcool para produzir etanol a partir da monocultura da cana-de-açúcar e reconheceu os direitos sociais e territoriais dos quilombolas por meio da CF de 88.

A partir de 2002, os quilombolas do Sapé do Norte passaram a receber apoio de organizações não governamentais (ONGs) em cooperação com a Federação das Agências de Assistência Social e Educacional (FASE/ES), com a criação do Universidade Federal do Espírito (UFES) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que organizaram o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Linharinho em Conceição da Barra, posteriormente comunidade São Jorge. A Fundação Cultural Palmares também concedeu certificados à comunidade quilombola de Conceição da Barra e aos Angelim, estendendo-se às comunidades de São Cristóvão e Serraria, no município de São Mateus, cujo território foi posteriormente reconhecido pelo INCRA em aproximadamente 3.200 hectares ( Fiocruz, 2015).

Nesse contexto histórico, cabe destacar que, de 2007 a 2013, uma série de eventos de impacto negativo afetou a comunidade quilombola do norte do Espírito Santo, o realinhamento das ampliações de terras reduzidas pelo INCRA-ES e a série de conflitos entre os fugitivos e as grandes empresas sediadas na área criou uma grave insegurança alimentar e escassez de água que não pode garantir a sobrevivência da população. Várias denúncias desencadearam uma série de discussões e ações que levaram o Ministério Público dos Estados Unidos a ficar do lado dos críticos e pressionar por ações em crimes anteriores (Esteves, 2015; Fiocruz, 2015).

Dentre eles, Knoblauch (2021) explica que a Fundação Cultural Palmares, responsável pela emissão de certificados de reconhecimento aos territórios quilombolas brasileiros, registrou 3.447 grupos espalhados pelo país, 56 deles no estado do Espírito Santo e mais concentrados na região São Mateus e Conceição da Barra, no norte do estado. O êxodo é uma realidade crescente devido aos desafios e dificuldades enfrentados pela comunidade quilombola do ES em fazer valer seus direitos legais, o que também está relacionado a problemas de infraestrutura causados pela falta de transporte diário, além de preconceito negro, racismo e além da marginalização, a os problemas de empregos próximos a eles são agravados pelos empregos dos residentes, assim como escolas e unidades básicas de saúde. Dessa forma, no esforço de ampliar a relevância do povo quilombola, o estado do ES destaca suas culturas manifestadas nos jongs e caxambus que moldam as danças ao timbre dos tambores, bem como na forma como é cultivada e preparou a comida com muito aproveitamento de farinha, beiju, bolo de aipim e fubá, milho e tapioca muchá, além de pirão d'água e arroz com amendoim, entre outros. A cultura remete às origens africanas dos quilombolas. preservando ao máximo as tradições trazidas de geração em geração, roupas, penteados e maquiagens ajudam a reconhecer a quem pertence esse grupo. que é sustentado por um espírito coletivo (Knoblauch, 2021).



Referente à etnobotânica brasileira, a literatura organizada por Morais (2021) identificou 89 referências a estudos realizados entre 1988 e 2019 sobre a etnobotânica da Mata Atlântica, que posteriormente foram combinadas em 15 artigos citando 380 usos. espécies vegetais úteis para inclusão no banco de dados USEFLORA correspondente às plantas das Américas, organizado pelo Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica (ECOHE). Com relação ao uso das plantas quilombolas, o estudo revelou as seguintes categorias principais em ordem de importância: 1) medicamento; 2) alimentação; 3) para uso ambiental; 4) para construção; 5) aos produtores; 6) lenha; 7) propósitos rituais; 8) alimentação animal, que mostra as variadas possibilidades botânicas dessas comunidades. Os resultados obtidos basearam-se nas seguintes variáveis, entre outras: localização geográfica das comunidades, etnias, usos e nomes vulgares das plantas, origem, etc. revelando que a presença de comunidades quilombolas em regiões de Mata Atlântica é fundamental porque seus habitantes garantem a conservação da biodiversidade local por meio de práticas de manejo do solo que garantem terras férteis e produtivas.

Por sua vez, o estudo de Barroso *et al* (2010) realizado junto aos Quilombos do Vale do Paraíba- SP, explicou que a principal planta utilizada é a palmeira Juçara, nativa da Mata Atlântica, cujos frutos roxos são úteis para uma alimentação saudável devido às suas propriedades anti-inflamatórias e compostos bioativos com efeito antioxidante, como ácidos fenólicos e antocianinas, protegendo assim células. de radicais livres.

Santos *et al* (2018) realizou um estudo no quilombos Caminho do Jericó na cidade de Wenceslau Brás e Tuntum na Ilha de Itaparica – BA, notou-se como resultados, os seguintes usos de folhas em infusões, chás e banhos: a) para febre - capim santo, laranja da terra, macela galega, noz-moscada, pitanga, alho; b) para acalmar e relaxar - capim santo e erva doce; c) para dor de cabeça - erva doce e jurema; d) para disenterias - macela galega; e) para dor de garganta - pitanga e alho; f) para tosse - comichão, maria preta, laranja da terra com mel natural; g) para pressão alta e acidente vascular cerebral (AVC) - coentro largo.

Em estudo científico sobre o mesmo assunto, Silva e colaboradores (2019) investigaram o Quilombo do Abacatal em Ananindeuas Pará. Os resultados revelaram que o método mais comum de tratamento das doenças é o uso de plantas medicinais, das quais foram apresentadas 122 espécies diferentes, que também são utilizadas pela comunidade como banhos, tumbas e chás. O conhecimento é passado a geração futuras e difundido entre outras famílias da comunidade. O estudo destacou as seguintes plantas e suas indicações: 1) Açazeiro - diarreias, verminoses, gastrite e cólicas; 2) Alfavaca - gripes, dor de cabeça e tosses; 3) Andiroba – gripe, baque, tosse, diabetes, reumatismo,

caxumba, ezipla, inchaços e piolhos; 4) Boldo - dores na barriga, estômago, fígado, diarreias e gastrites; 5) Camembeca –diarreia, verminoses e hemorroidas; 6) Capim-santo – dor de estômago, diarreias, gripes, febres, dor de barriga, queda de cabelo, dor de cabeça, calmante; 7) Marupã – diarreia, verminose, hemorroida e dentição; 8) Mucuracaá – gripe, dor de cabeça, benzimentos, fraturas, derrames; 9) Pariri – anemia, inflamações internas e pedras nos rins; 10) Unha de gato – dor de estômago, anemias, inflamações internas, gastrite, hemorroida, infecção uterina, diarreias e febre; 11) Uxizeiro – diarreia, anemia, inflamação interna, banho de asseio, dor de barriga; 12) Japana – gripe, constipação e febre; 13) Verônica – dor de estomago, anemia, inflamação interna, banho de asseio, infecção no útero, feridas na boca; 14) Elixir paregórico – dor de estomago, problemas no fígado, dor de barriga, gases e cólicas; 15) Anador – dor de cabeça, febre e dor de barriga e; 16) Limoeiro – gripe, tosse, sinusite, febre e dor de dente.

Com o passar dos tempos, a cultura afro se aliou a cultura indígena no estado capixaba, permitindo uma miscigenação interessante no contexto da etnobotânica como denota a investigação conduzida por Albertasse, Thomaz e Andrade (2010) objetivando-se a resgatar e sistematizar informações populares sobre plantas medicinais usadas em uma comunidade caiçara, mas com influência afrodescendente.

O estudo acima, apontou o uso de 86 espécies pertencentes a 41 famílias. Dentre estas, as mais evidenciadas foram as seguintes: 1) a *Lamiaceae* com 12 espécies – relativa à 7ª maior família de plantas com flores (arbustos e ervas e raramente árvores) que possui de 236 a 258 gêneros e de 6970 a 7193 espécies, subdividida em 7 subfamílias; 2) a *Asteraceae* com 8 oito espécies – constituem a maior família de plantas com flor, podendo ser herbáceas, arbustos ou árvores, sendo algumas espécies laticíferas, outras, oleosas, possuindo 2174 espécies espalhadas por todo o território brasileiro, e; 3) a *Solanaceae* com 4 quatro espécies – diz respeito à família de plantas que apresenta divergentes gêneros e mais de 2000 espécies. Em linhas gerais, suas folhas são simples e são encontradas em árvores, trepadeiras e ervas. Estas, foram seguidas ainda pelas plantas do tipo *Anacardiaceae*, *Apiaceae*, *Bignoniaceae*, *Cucurbitaceae*, *Myrtaceae*, *Rutaceae* e *Zingiberaceae*, a quais os quilombolas estudados demonstraram para cada uma, o uso de três de suas espécies (Albertasse, Thomaz e Andrade, 2010).

No que se associa ao uso das plantas medicinais citadas, os pesquisadores acima, identificaram, que: a) *Asteraceae* e a *Solanaceae* são as famílias de plantas que possuem mais espécies, das quais 59 possuem usos medicinais comprovados, com ênfase às doenças associadas ao aparelho digestivo; b) a mensuração do volume de citações por informante pertinente à cada táxon juntamente ao volume de usos, permitiu aos

pesquisadores, indicarem as espécies mais usadas na referida comunidade, no caso, a *Plectranthus barbatus Andrews* como a mais citada e a *Anacardium occidentale L.* a com maior número de usos; c) foram citadas pelos entrevistados, 198 utilizações para plantas medicinais usadas como o boldo, a hortelã, a erva-cidreira, o picão, a romã, a arnica, o assa-peixe, o alecrim e a melissa representando as mais usadas; d) Estas plantas em combinação por exemplo com o caju, saião, hortelã-pimenta e aroeira corresponderam a 64% do uso total. Tais combinações segundo os entrevistados, também se fazem viáveis com produtos como leite, mel, açúcar, vinhos e cachaça; e) diversas são as formas de utilização, porém a mais frequente é o decocto, com 33,11% das citações, aplicados em chás até mesmo para as partes duras ou secas dos vegetais. Deste modo, Albertasse, Thomaz e Andrade (2010) concluíram que há diversidade no uso da etnobotânica local onde a população estudada, demonstrou extenso conhecimento das plantas e de suas propriedades de cura.

A segunda investigação em solo capixaba, foi realizada por Josefa (2017) junto aos Quilombos da Região do Sapê do Norte, denominados por Angelim I e São Jorge. Inicialmente, demonstrando alguns aspectos importantes a se conhecer no contexto deste estudo. Como exemplo, a pesquisadora menciona a organização social, econômica e religiosa dos afrodescendentes que está intimamente ligada à naturopatia e aparece em saberes que se concentram em anciãos, curandeiros e/ou rezadeiras cujas práticas também são procuradas por pessoas de fora do quilombo. Traços de escravidão ainda eram evidentes em meio à desigualdade socioeconômica percebida e sinais implícitos de marginalização, levando ao preconceito e à discriminação racial que aumentavam a vulnerabilidade do quilombo.

Josefa (2017) constatou que o uso das plantas medicinais é muito presente não apenas pelos motivos culturais, mas pela localização geográfica das comunidades quilombolas que comumente, não somente no estado do ES, são muito distantes dos centros urbanos onde se encontram as farmácias e as unidades do SUS. Deste modo, muitas plantas medicinais são usadas em forma de extratos líquidos ou em pó, cujas propriedades físico-químicas se relacionam diretamente com as condições climáticas, qualidade do solo, horário de colheita etc. Além disto, as propriedades físico-químicas das plantas medicinais comumente usadas nos quilombos do Brasil, são adequadas nos laboratórios para verificações como análise fitoquímica a partir da extração, isolamento, purificação e determinação da estrutura química dos elementos presentes nos extratos de plantas com atividade biológica, onde se identificam seus princípios ativos tais como: se

são terpenoides, flavonoides, taninos, saponinas, alcaloides, cumarinas; ligninas, quinonas, metilxantinas, outros.

A partir destas conclusões, como resultado às plantas medicinais mais presentes nos Quilombos da Região do Sapê do Norte no ES, Josefa (2017) identificou como as principais plantas com propriedades terapêuticas, sendo elas: capim cidreira, jambu e alecrim.

### 3 METODOLOGIA

Conjecturando o fenômeno do presente estudo, que contempla a etnobotânica de uma comunidade quilombola e tem como finalidade registrar esse aspecto segundo uma metodologia científica utilizada como importante enriquecimento científico-acadêmico para ciências farmacêuticas, no que se refere à metodologia científica adotada, segundo ensinam Taquette e Borges (2020), trata-se de uma pesquisa bibliográfica, ou seja, como também Gil (2019), condizente à uma revisão de literatura com uso de materiais científicos já publicados sobre a temática. Sua abordagem é qualitativa pois corresponde ao caráter subjetivo que busca compreender o fenômeno estudado embasando-se em suas especificidades culturais, crenças, aspirações, valores e atitudes, as quais não podem ser mensuradas. Sendo assim, a pesquisa tem objetivo descritivo.

A técnica para a coleta de dados, se deu inicialmente com o estabelecimento das palavras-chave: etnobotânica, fitoterapia, plantas medicinais e quilombos, e dos seguintes critérios de inclusão: materiais físicos e digitais (livros, *e-books*, periódicos, jornais e revistas afins, artigos governamentais); idiomas: português, inglês e francês; publicações datadas dentre 2000 a 2023 (salvo poucas literaturas e legislações publicadas anteriormente tidas como relevantes ao contexto pretense). Para esta pesquisa bibliográfica, foram adotados os seguintes critérios de exclusão: publicações em *blogs*, editorias e notas ao editor.

Os materiais angariados para a elaboração do referencial teórico que compõem a revisão de literatura foram retirados das bases de dados da Scientific Electronic Library online (SciELO), e PubMed para os periódicos acadêmicos jornais e revistas afins, como também foram acessados portais do Governo Federal, do Ministério da Saúde, da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, da Assembléia Legislativa do Estado do ES, da Fundação Oswaldo Cruz, da Fundação Cultural Palmares e outras entidades que estão voltadas aos temas dos quilombos e seus quilombolas.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as literaturas de Araújo (2014), Argenta *et al* (2011), Bruning *et al* (2012), Mügge *et al* (2016), Ricardo (2011), Rocha *et al* (2021), Rodrigues e Amaral (2012), Rodrigues e De Simoni (2010), Souza *et al* (2013), Sales *et al* (2015), Vieira *et al* (2015) e também Zeni *et al* (2017), ficou evidente que a botânica é um ciência multifacetada que deu voz ao surgimento de fitoterapia, da etnobotânica e da etnofarmacologia como ramificações que estudam especificidades para uso de plantas como meio medicinal, cujas aplicabilidades são milenares e advêm de divergentes etnias.

Como visto em BFG (2015) e reafirmado por Mügge *et al* (2016), dada a diversidade da flora brasileira, que é uma das mais ricas do planeta, o Brasil é um extenso campo que abriga uma gama variada de plantas medicinais com efeitos farmacológicos divergentes, e que podem ser usadas sob formas diferentes de obtenção, extração, aplicabilidade, efeitos e eficácias.

Por sua vez, a etnobotânica, enquanto ciência que estuda o uso de plantas medicinais conforme características étnicas dos muitos povos globais, como pontuaram Rodrigues e De Simoni (2010), Rodrigues e Amaral (2012), Rocha *et al* (2014) e Ricardo (2011), tem um resgate importante no âmbito das ciências uma vez que recupera conhecimentos e saberes milenares que podem contribuir não somente com o se contar a história da evolução humana, mas também por propiciar e fomentar pesquisas e desenvolvimentos (P&D) de novos fármacos e medicamentos à base de fitoterápicos, segundo também defendem Leitão (2002), Sales (2015), Passos (2019), Albuquerque *et al* (2022), havendo necessidade de se conhecer espécies e selecioná-las de acordo com suas propriedades físico-químicas e farmacológicas, onde o conhecimento popular se torna agente facilitador da bioprospecção em plantas.

A fitoterapia no Brasil, somada à etnobotânica e a etnofarmacologia, em conformidade com as literaturas dos autores acima citados bem como para Argenta *et al* (2011), Bruning *et al* (2012), Souza *et al* (2013) e Zeni *et al* (2017) tem grande valia a partir dos saberes dos povos indígenas e africanos, sendo suas práticas adotadas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) com uso junto ao SUS. Em contrapartida, verificou-se em Araújo (2014) que apesar da fitoterapia estar agregada às terapias ofertadas pelo SUS, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a mesma seja uma realidade envolta de eficácia e qualidade.

Embasando-se nisto, e com relação aos quilombos, também ficou evidente segundo os estudos de Herter (2011), Josefa (2017), Knoblauch (2021), O'Dwyer (2007), Salomão e Castro (2018) e Vaz (2014) que a estrutura destas comunidades se deu inicialmente frente à necessidade dos escravos negros se esconderem e se libertarem da horrenda violência vivenciada em tempos de escravidão, e que aos poucos foi se organizando como uma sociedade como qualquer outra, com regras e culto às tradições dos povos africanos.

No Brasil, segundo dados do governo, existem cerca de 3.495 comunidades quilombolas espalhadas em todos as regiões do território nacional, e 3,447 grupos, cada qual com sua identidade embasada em etnias africanas e adequadas às realidades da evolução humana. Todavia, ainda sofrem uma série de problemas com as desigualdades sociais, a desapropriação de terras, a violência, o preconceito e as discriminações raciais, muito embora sejam reconhecidas segundo a CF de 88 (Brasil, 1988) e muitas reconhecidas como patrimônio cultural do Brasil pela Fundação Palmares (2018).

Morais (2021) identificou 89 referências relativas à estudos sobre a temática da etnobotânica na Mata Atlântica, conduzidos dentre os anos de 1988 a 2019, com destaque a 380 espécies usadas para fins medicinais, alimentícios, ambiental, construção, manufatura, lenha, ritualísticos e comida animal. Também os estudos de Barroso *et al* (2010), Santos *et al* (2018) e Silva *et al* (2019) permitiram se verificar reunidos, um montante valioso de espécies de plantas usadas na etnobotânica dos quilombos brasileiros, par infinitos fins medicamentosos, quase que sempre usados por meio de infusões.

Isto não se faz diferente com os quilombos do estado do ES, que correspondem segundo a Fiocruz (2015) à 3 comunidades devidamente reconhecidas, porém somando 56 ao todo como pontuado por Knoblauch (2021), os quais contam um legado de violências sangrentas aos povos negros desde o século XVI até o século XXI, o qual busca também de acordo com Esteves (2015) incessantemente reduzir e extirpar qualquer tipo e violência, abuso, preconceito e discriminação também de ordem racial. Dentre as culturas dos quilombolas capixabas, tem-se danças, jogos, comidas (Knoblauch, 2021) e também a etnobotânica fortemente presente.

Sobre isto, o estudo deu destaque a 2 estudos realizados no território do ES junto a quilombos, sendo estes os de Albertasse, Thomaz e Andrade (2010) e de Josefa (2017), permitindo ambigualmente apresentarem um total aproximado de 86 espécies de 41 famílias de plantas usadas pelos quilombolas para uso medicinal, subclassificadas em uma outra infinidade de subespécies, e que são encontradas em meio à Mata Atlântica e de fácil cultivo domiciliar.

Dentre as plantas medicinais apuradas por este estudo que possuem uso quilombola, destacam-se: capim santo, laranja da terra, macela galega, noz-moscada, pitanga, alho, erva doce, jurema, comichão, maria preta, coentro largo, açazeiro, alfavaca, andiroba, boldo, camembeca, marupã, mucuracaá, pariri, unha-de-gato, uxizeiro, japana, verônica, elixir paregórico, anador, limoeiro, hortelã, picão, erva-cidreira, romã, arnica, assa-peixe, alecrim, melissa e jambu. Todas com aplicações diversas, e para mais de um uso específico, individualizadas ou combinadas, cujo cultivo e utilização segundo salienta Josefa (2017) requer conhecimento soe condições climáticas, qualidade do solo, horário de colheita, e ainda demandam estudos científico quanto às suas propriedades físico-químicas e fitoquímicas, atividades biológicas e princípios ativos.

## **5. CONCLUSÃO**

Esta revisão de literatura que teve a finalidade de resgatar o conhecimento do uso de plantas medicinais de comunidades quilombola, tendo por foco principal as localizadas no estado do ES, além de promover o aprofundamento quanto às questões histórias do povo africano e seus quilombos, propiciou ampliar-se os saberes pertinentes a etnobotânica quilombola no Brasil, os quais são de suma relevância às ciências e que denotam o quanto a natureza fornece recursos também voltados à cura.

Neste sentido, foi possível se notar a quantidade de plantas medicinais que comumente são usadas no cotidiano da população brasileira, ingeridas como alimento sólido ou em infusões, e passíveis de acesso por meio de produtos fitoterápicos.

Muito embora o estudo tenha sido esclarecedor e fomenta a indústria farmacêutica, também serve para identificar e valorizar a importância da etnobotânica neste sentido, potencializando a cultura afrodescendente e como a mesma deve ser respeitada, sabendo-se que o ouvir os povos em suas populações mais antigas, é um caminho para a questão contínua de conhecimentos milenares, potencialmente relevante ao campo das ciências farmacêuticas.

Porém, o estudo identificou uma lacuna quanto ao desenvolvimento de estudos etnobotânicos conduzidos no estado do ES, permitindo que se sugira a continuidade massiva de novas pesquisas, para que se possa cada vez mais fazer uso das possibilidades da natureza com racionalidade e assim, se corroborar com a sustentabilidade do planeta.

## REFERÊNCIAS

- Albertasse, P.D.; Thomaz, L.D.; Andrade, M.A. Plantas medicinais e seus usos na comunidade da Barra do Jucu, Vila Velha, ES. **Rev. bras. plantas med.** Vol. 12, n.3, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/NpDtDF4xYrxfxSFnQZSdvtF/#>. Acesso em 22 de abr. 2023.
- Albuquerque, U. P.; Ferreira Júnior, W.S.; Ramos, M.A.; Medeiros, P.M. de. **Introdução à Etnobotânica**. 3.ed. E-Book Kindle. São Paulo: Interciência, 2022. 120 p.
- Araujo, D.D. **Utilização de plantas medicinais e fitoterapia na estratégia saúde da família no município de Recife: impacto de ações implementadas sobre a prescrição e recomendação**. 2014, 97 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas, com ênfase na linha: Obtenção e Avaliação de Produtos Naturais e Bioativos). Programa de pós-Graduação. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, PE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18299/1/UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20PLANTAS%20MEDICINAIS%20E%20FITOTERAPIA%20NA%20ESTRAT%C3%89GIA%20SA%C3%9ADE%20DA%20FAM%C3%8DLIA%20NO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20RECIFE.pdf>. Acesso em 25 de abr. 2023.
- Argenta, S.C.; Argenta, L.C.; Giacomelli, S.R.; Cezarotto, V.C. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. *In: Vivências*. Vol.7, n. 12: p.51-60, maio/2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfhf/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>. Acesso em 30 de abr. 2023.
- Barroso, R.M.; Reis, A.; Hanazaki, N. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. *In: Acta Bot. Bras.* Vol. 24, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abb/a/X5RYCDwrvfCGXLFxcJtgmjp/?lang=pt>. Acesso em 23 de abr. 2023.
- Braga, J.C.B.; Silva, L.R. da. Consumo de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: perfil de consumidores e sua relação com a pandemia de COVID-19. *In: Brazilian Journal of Health Review*. Curitiba, Vol. 4, n.1, p.3831-39 jan./fev. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25393>. Acesso em 26 de abr. 2023.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. **D.O.U. de 05.10.1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 29 de abr. 2023.
- Brasil. Portaria n. 971 de 03 de maio de 2006(a): Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. **D.O.U. de 4.5.2006**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971\\_03\\_05\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html) Acesso em 30 de abr. 2023.



Brasil. Decreto Lei n. 5.813 de 22 de junho de 2006(b): Aprova a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. **D.O.U. de 23.6.2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm). Acesso em 22 de abr. 2023.

Brasil. Portaria Interministerial nº 2.960 de 9 de dezembro de 2008: Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Brasília, DF: Ministério da Saúde. **D.O.U. de 10.12.2008**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960\\_09\\_12\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html). Acesso em 24 de abr.2023.

Brasil. Portaria n. 992 de 13 de maio de 2009: Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, DF: Ministério da Saúde. **D.O.U. de 14.9.2009**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992\\_13\\_05\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html). Acesso em 30 de abr. 2023.

Brasil. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012: Incorpora sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referencias da bioética, tais como: autonomia, não maleficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Brasília, DF; Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **D.O.U. de 13.6.2012**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html#:~:text=A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20incorpora%2C%20sob,com+unidade%20cient%C3%ADfica%20e%20ao%20Estado](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html#:~:text=A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20incorpora%2C%20sob,com+unidade%20cient%C3%ADfica%20e%20ao%20Estado). Acesso em 01 de mai. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. **Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_integral\\_populacao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf). Acesso em 30 de mai. 2023.

Bruning, M.C.R.; Mosegui, G.B.G.; Vianna, C.M.de M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. *In: Ciênc. saúde coletiva*. Vol. 17, n. 10, out 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z6RsN7j4bRKfM8Lq8tQNX4N/?lang=pt>. Acesso em 22 de abr. 2023.

Comissão Pro-Índio de São Paulo – CPISP. **Quilombolas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorioterras-quilombolas/quilombolas-brasil/>. Acesso em 01 de mai. 2023.

Esteves, J. **O desenvolvimento das comunidades quilombolas do ES**. 2014. Disponível em <https://tvbrasil.ebc.com.br/es-rural/episodio/o-desenvolvimentodas-comunidades-quilombolas-do-es>. Acesso em 01 de mai. 2023.

Fundação Cultural Palmares. **Quilombos certificados**. 2018. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-es-22082022.pdf>. Acesso em 25 de abr. 2023.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). **Mapa de conflitos – Injustiça ambiental e saúde no Brasil: ES – Quilombo de Sapê do Norte: reduzidos a 10%, em pessoas e território, continuam na luta pela titulação de suas terras.** 2015. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-quilombo-desape-do-norte-reduzidos-a-10-em-pessoas-e-territorio-continuam-na-luta-pelaititulacao-de-suas-terras/>. Acesso em 30 de abr. 2023.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Fiocruz disponibiliza banco de dados sobre plantas medicinais. *In: Agência Fiocruz de notícias – saúde e ciência para todos (online)*. Dez. 2022. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruzdisponibiliza-banco-de-dados-sobre-plantas-medicinais>. Acesso em 30 de abr. 2023.

Gil, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Haerter L. Considerações acerca do processo de pesquisa sobre pensamento mitológico em comunidades negras rurais. *In: Cadernos de Campo*. N 15, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5167/4232>. Acesso em 25 de abr. 2023.

Josefa, W.C. **Química no quilombo: uso de plantas medicinais da Região do Sapê do Norte – ES**. 2017, 60 p. Monografia de Conclusão de curso (Licenciatura em Química). Departamento de Ciências Naturais – DCN – CEUNES. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). São Mateus, ES. 2017. Disponível em: [https://quimica.saomateus.ufes.br/sites/quimica.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/quimica\\_no\\_quilombo\\_uso\\_de\\_plantas\\_medicinais\\_da\\_regiao\\_do\\_sape\\_do\\_norte\\_-\\_es\\_wilmacairu.pdf](https://quimica.saomateus.ufes.br/sites/quimica.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/quimica_no_quilombo_uso_de_plantas_medicinais_da_regiao_do_sape_do_norte_-_es_wilmacairu.pdf). Acesso em 22 de abr. 2023.

Knoblauch, G. Quilombolas lutam para ter direitos garantidos. *In: Anais de Notícias da Assembleia Legislativa do Espírito Santo*. 2021. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2021/11/42053/quilombolas-lutam-parater-direitos-garantidos.html>. Acesso em 23 de abr.2023.

Leitão, S.G. A etnobotânica e a etnofarmacologia como ferramentas para a busca de novas drogas de origem vegetal. *In: Anais da Biblioteca do Centro Colaborador de Vigilância Sanitária*. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. 2002. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/5509>. Acesso em 28 de abr. 2023.

Morais, B.P. de. Conhecimentos etnobotânicos Quilombolas a partir da literatura: aportes para o banco de dados do Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica. *In: Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Ecologia Humana e Etnobotânica. Artigo em formato de vídeo. Linguagem pt\_BR. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226561?show=full>. Acesso em 01 de mai. 2023.

Mügge, F.L.B.; Souza, J.P.; Melo, J.C.; Brandão, M.G.L. *Native plant species with economic value from Minas Gerais and Goiás: a discussion on the currentness of the data recovered by the French naturalist Auguste de Saint-Hilaire*. *In: Hortic. bras*. Vol. 34, n. n. 4, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/9RFwnvFVCwLzFK4ZwffSjJy/?lang=en>. Acesso em 22 de abr. 2023.

Nações Unidas Brasil. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br.sdgs>. Acesso em 23 de abr. 2023.

O'Dwyer, E.C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. *In: Revista Tomo*, n.11. jul. dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/446/363>. Acesso em 25 de abr. 2023.

Passos, L.M. **Conhecimento etnobotânico na comunidade divino Espírito santo no distrito de Vale Verde, Bahia, Nordeste do Brasil**. *In: Dados Internacionais de Catalogação na publicação*. Porto Seguro, 2019. 80p. Disponível em: [https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/noticias\\_desc.jsf?lc=es\\_ES&id=233&noticia=1387962](https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=es_ES&id=233&noticia=1387962). Acesso em 31 de abr. 2023.

Ricardo, L.G.P. de S. **Estudos etnobotânicos e prospecção fitoquímica de plantas medicinais utilizadas na comunidade do Horto, Juazeiro do Norte (CE)**. 2011, 89 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais, com área de concentração em Ecologia, Manejo e Utilização dos Recursos Florestais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais. Centro de Saúde e Tecnologia Rural. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/13665>. Acesso em 23 de abr. 2023.

Rocha, L.P.B. da.; Alves, J.V. de O.; Aguiar, I.F. da S.; Silva, F.H. da.; Silva, R.L. da.; Arruda, L.G. de.; Nascimento Filho, E.J. do.; Barbosa, B.V.D. da R.; Amorim, L.C. de.; Silva, P.M. da.; Silva, M.V. da. Uso de plantas medicinais: Histórico e relevância. *In: Research, Society and Development*. Vol. 10, n. 10, e44101018282, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/18282-Article230446-1-10-20210805-1.pdf>. Acesso em 31 de abr. 2023.

Rodrigues, A.G.; Amaral, A.C.F. Aspectos sobre o desenvolvimento da fitoterapia. *In: Cadernos de Atenção Básica – Práticas integrativas e complementares – Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 154 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas\\_integrativas\\_complementares\\_plantas\\_medicinais\\_cab31.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf). Acesso em 21 de abr. 2023.

Rodrigues, A. G.; De Simoni, C. Plantas medicinais no contexto de políticas públicas. *In: Informe Agropecuário*. Belo Horizonte, Vol. 31, n. 255, p. 7-12, mar./abr. 2010. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas\\_integrativas\\_complementares\\_plantas\\_medicinais\\_cab31.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf). Acesso em 21 de abr. 2023.

Sales, M.D.C.; Sartor, E.B.; Gentili, R.M.L. Etnobotânica e etnofarmacologia: medicina tradicional e bioprospecção de fitoterápicos. *In: Salus J Health Sci*. Vol. 1, n.1. p. 17-26. 2015. Disponível em: <http://www.salusjournal.org/magazine/etnobotanica-e-etnofarmacologia-medicina-tradicional-e-bioprospeccao-de-fitoterapicos/>. Acesso em 22 de abr. 2023.

Salomão, F.V.; Castro, C.V. de. A identidade quilombola: territorialidade étnica e proteção jurídica. *In: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito*. Ed. Digital, Porto Alegre, vol. XIII, n.1. p. 236-55. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/73034-Texto%20do%20artigo-357745-1-10-20180928.pdf>. Acesso em 22 de abr. 2023.

Santos, J.C. dos.; Santos, J.M. os; Silva, V.S. da.; Passos, F.S. Construção de significados em comunidades quilombolas enquanto marcas das políticas públicas. *In: **Revise – Revista Integrativa em Inovação Tecnológica nas Ciências da Saúde***. Vol. 2, fluxo contínuo, p.156-67, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/elaine29,+1502-Outros-4255-1-4-20191113.pdf>. Acesso em 24 de abr. 2023.

Silva, A.C. da.; Lobato, F.J.S.; Canete, V.R. Plantas medicinais e seus usos em um quilombo amazônico: o caso da comunidade Quilombola do Abacatal, Ananindeua (PA). *In: **Rev. NUFEN***. Vol.11, n. 3. Belém, set./dez. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912019000300008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000300008). Acesso em 20 de abr. 2023.

Souza, C.M.P.; Brandão, D.O.; Silva, M.S.P.; Palmeira, A.C.; Simões, M.O.S; Medeiros, A.C.D. Utilização de plantas medicinais com atividade antimicrobiana por usuários do serviço público de saúde em Campina Grande – Paraíba. *In: **Rev. bras. plantas med***. Vol. 15, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/JpYWwKgnpfmtHh4WfRPJTL/?lang=pt>. Acesso em 20 de abr. 2023.

Taquette, T., & Borges, L. (2020). *Pesquisa qualitativa para todos*. 1º ed. São Paulo: Vozes, 208 p.

*The Brazil Flora Group (BFG). Growing knowledge: an overview of Seed Plant diversity in Brazil. In: **Rodriguésia***. Vol. 66, n.4, p. 1085-113. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/s8qy5ZLWZcyFxx9WGsh34PK/?lang=en>. Acesso em 30 de abr. 2023.

Vaz, B.A. Quilombo. *In: **Dicionário do Patrimônio Cultural (online)***, 2014. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo>. Acesso em 20 de abr. 2023.

Vieira, L.S.; Sousa, R.S.; Lemos, J.R. Plantas medicinais conhecidas por especialistas locais de uma comunidade rural maranhense. *In: **Rev. Bras. Pl. Med***. Campinas, Vol.17, n.4, supl. III, p.1061-68, 2015. Disponível em: Vieira, L.S.; Sousa, R.S.; Lemos, J.R. Plantas medicinais conhecidas por especialistas locais de uma comunidade rural maranhense. Acesso em 22 de abr. 2023.

Zeni, A.L.B.; Parisotto, A.V.; Mattos, G.; Santa Helena, E, T. de. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *In: **Ciênc. saúde colet***. Vol. 22, n. 8, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VR7fThw6pCmrLM9Pz8Xjtjk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de abr. 2023.